

Angola (Nível 2)

O Governo de Angola não cumpre na totalidade com os padrões mínimos de eliminação do tráfico, mas continua a encetar esforços significativos nesse sentido. O Estado Angolano aumentou os esforços nesse sentido comparativamente ao período anterior, considerando o impacto da pandemia do COVID-19 nas suas acções. Entre tais acções, destaca-se a condenação de vários autores de crime de tráfico, incluindo cinco por cumplicidade, tendo todos sido condenados à penas de prisão; a disponibilização de serviços de protecção a longo prazo que estimularam a participação das vítimas nos julgamentos contra os seus autores; a atribuição de fundos específicos para as acções de combate ao tráfico, incluindo fundos para a implementação de do plano de acção nacional (NAP) e a realização de campanhas de sensibilização pública contra o tráfico. Porém, o Estado não cumpriu com os requisitos mínimos em vários pontos chave. O Estado não investigou alegações graves de cumplicidade oficial em acções de tráfico e, apesar de todos os autores do crime de tráfico terem sido condenados à pena de prisão, algumas penas foram leves, relativamente à gravidade do crime. O Estado diminuiu consideravelmente o trabalho de identificação de vítimas e não comunicou sobre o encaminhamento e a identificação de vítimas para receberem os devidos cuidados. Apesar de ter lançado uma nova linha de atendimento para casos de tráfico, o Estado ainda não possui pessoal ou recursos para procederem à investigação das queixas. Por último, o Estado continuou a não ter procedimentos para supervisionar e regular a maioria dos sectores do trabalho doméstico e o processo de contratação laboral.

RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS:

Estabelecer uma equipa de funcionários da linha da frente e instruí-los nos procedimentos padrão para a identificação proactiva de vítimas entre os grupos vulneráveis, incluindo cidadãos estrangeiros, tais como Norte Coreanos e Cubanos e encaminhar as vítimas aos serviços adequados. • Condenar os autores de crimes de tráfico à penas de prisão. • Aumentar os esforços no sentido de investigar e processar judicialmente os crimes de tráfico, principalmente os de tráfico sexual e laboral no sector da construção civil e da pastorícia. • Emendar o Artigo 178 no sentido de criminalizar todas as formas de tráfico sexual a nível nacional. • Aumentar os esforços de disponibilização de abrigo, aconselhamento e atendimento médico a vítimas de tráfico, seja de forma directa ou em parceria com ONGs. • Estabelecer um mecanismo para que a recepção de possíveis casos de

tráfico nas linhas de atendimento tenha seguimento por parte das autoridades policiais. • Utilizar a ferramenta regional de recolha de dados na melhoria do trabalho de recolha, sintetização e análise de dados das autoridades policiais e da protecção de vítimas a nível nacional. • Aumentar o trabalho proactivo da comissão interministerial de combate ao tráfico e alocar as verbas necessárias para o seu funcionamento. • Instruir os agentes da ordem pública sobre as cláusulas constantes na legislação Angolana relativamente ao combate contra o tráfico humano.

ACÇÕES JUDICIAIS

O Estado manteve os esforços das autoridades policiais de combate ao tráfico e aumentou os esforços no sentido de responsabilizar os crimes de cumplicidade em crimes de tráfico humano. Em Novembro de 2020, o Estado efectuou uma emenda aos artigos do código penal relativos ao combate ao tráfico humano, com efeitos a partir de Fevereiro de 2021. As leis 38/20 e 39/20 revogaram a legislação de combate ao tráfico anterior, nomeadamente a Lei de 2014 sobre os Crimes de Branqueamento de Capitais, aumentando ligeiramente a moldura penal para alguns crimes de tráfico. O Artigo 177 constituía crime a escravidão com pena de prisão máxima de 15 anos e a comercialização de menores de 14 anos para fins de adopção ou escravidão, com penas de 5 a 10 anos de prisão. O Artigo 178 constituía crime o tráfico laboral de adultos e crianças e estabelecia pena máxima de 10 anos de prisão. O Artigo 189 constituía crime algumas formas de tráfico sexual de adultos e estabelecia penas de um a oito anos de prisão. O Artigo 190 constituía crime o tráfico sexual de adultos e estabelecia penas de dois a dez anos de prisão. O Artigo 196 constituía crime o sexo infantil e estabelecia penas de cinco a quinze anos de prisão. Estas penas foram todas rigorosas e, relativamente ao crime de tráfico sexual, foram proporcionais às estabelecidas para outros crimes graves como o de violação sexual. A emenda de 2020, no seu Artigo 178, retirou a “exploração sexual” como um fim para na realização de crime de tráfico. Pelo facto de os outros artigos de combate ao tráfico não criminalizarem todas as formas de tráfico sexual a nível nacional, a legislação Angolana deixou de criminalizar todas as formas de tráfico sexual. Durante o período de que trata o relatório e antes da aprovação das novas leis, o Estado continuou a recorrer à legislação de 2014 nas acções judiciais contra os autores de tráfico.

Durante a pandemia, funcionários do Estado, incluindo órgãos de investigação e os tribunais, trabalharam com horário e pessoal reduzido. Ainda assim, o Estado

levou a cabo 10 investigações sobre crime de tráfico, comparativamente a 15 trabalhos de investigação realizados no período do relatório do ano anterior. Um dos casos envolveu o tráfico sexual de mulheres Congolesas na província de Cabinda, sendo que os restantes foram de crianças vítimas de trabalho forçado em várias províncias. O Estado continuou igualmente a investigar 13 casos iniciados em períodos de relatório anteriores, incluindo vários casos de crianças vítimas de trabalho forçado e um caso de tráfico sexual em Luanda envolvendo 11 vítimas de nacionalidade Vietnamita e Chinesa. O Estado processou judicialmente e condenou 13 suspeitos de tráfico em três processos diferentes, o que constitui um decréscimo comparativamente às 27 acções judiciais, tendo, no entanto, havido um aumento em termos de condenações, das 10 condenações verificadas no período anterior. O Estado condenou cinco autores de crimes de tráfico com penas entre seis a dez anos de prisão por crime de mendicidade infantil e forçada, três cidadãos de nacionalidade Congolesa a mais de oito anos de prisão por tráfico infantil e sexual de adultos de mulheres Congolesas em Angola e cinco agentes da ordem pública a penas entre três a dez anos por envio de crianças ao estrangeiro para fins de trabalho forçado.

Houve várias informações relativas à cumplicidade de funcionários do Estado em crimes de tráfico humano e o Estado realizou acções enérgicas em alguns casos. Durante o período de vigência do relatório anterior, o Estado acusou cinco efectivos de uma força especial de segurança pública do crime de tráfico humano, trabalho forçado, crime organizado e falsificação de documentos e por alegadamente terem conspirado para obrigar seis crianças Angolanas a mendigar em Portugal, Itália e França. Em Julho de 2020, o Estado condenou todos os cinco acusados pelo crime de tráfico de menores para países estrangeiros. Três dos agentes foram condenados a pena de seis anos de prisão, um, a três anos e o líder, condenado à revelia a 10 anos de prisão. Durante o período de tal relatório, o Estado constatou a existência e iniciou a investigação de outros funcionários do registo civil e dos serviços de migração e estrangeiros que alegadamente se encontravam igualmente envolvidos. No passado, indivíduos bem posicionados confiscaram terras de membros do grupo nativo San, muitos dos quais viram-se obrigados a trabalhar em regime de escravidão nas terras anteriormente em sua posse. O Estado não informou se porventura tal litígio foi ou não alvo de investigação ou se teve resolução ou se tais terras foram devolvidas aos San. No relatório anterior, o Estado havia acusado um efectivo dos serviços de guarda-fronteira Angolano na província do Cunene de conspiração para obrigar uma

cidadã do sexo feminino e cinco rapazes a realizar trabalho forçado e num Segundo caso, investigou um possível caso de tráfico tendo como alvo um oficial das forças armadas que havia sido acusado de contrabando; durante o período do relatório, o Estado não informou sobre quaisquer actualizações do caso em questão. A existência de uma corrupção sistémica no seio da função pública constituiu um entrave à aplicação efectiva da legislação laboral, incluindo a legislação contra o trabalho forçado. Os órgãos de segurança não fizeram cumprir efectivamente ou de forma consistente a legislação contra a prostituição ou o tráfico sexual.

Vários órgãos de segurança possuíam mandato para agir contra vários crimes, incluindo o de tráfico. Além disso, a polícia nacional os serviços de investigação criminal e o Tribunal de Menores têm a autoridade de investigar crimes de tráfico infantil. Os centros de instrução da polícia nacional continuaram a instruir os efectivos da polícia nacional relativamente à lei de 2014 e uma organização internacional formou 155 agentes da polícia na identificação de crimes de tráfico. O Estado reconheceu que agentes destacados ao longo da fronteira entre Angola e a RDC não possuíam formação suficiente que lhes permitisse identificar acções de tráfico fronteiriço, que segundo consta, constituem os actos mais comuns. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJHR) instruiu 50 funcionários aeroportuários na identificação de actos de tráfico humano.

PROTECÇÃO

O Estado diminuiu as acções tendentes à protecção de vítimas. Por meio das investigações por si realizadas, o Estado conseguiu identificar no mínimo 19 vítimas de tráfico, incluindo adultos e crianças, vítimas de tráfico sexual e laboral, no país e oriundas da RDC, o que constitui um decréscimo significativo relativamente às 36 vítimas de tráfico identificadas no período do relatório anterior. Os funcionários do Estado geralmente encaminharam as vítimas menores de 18 anos, para centros de acolhimento religiosos ou de ONGs para receberem ajuda alimentar, médica e medicamentosa, educacional e a reunificação familiar. Porém, não foi informada a ocorrência de encaminhamentos durante o período do relatório. O Estado providenciou ajuda financeira a alguns dos centros de acolhimento. O Instituto Nacional da Criança (INAC) manteve sob a sua responsabilidade outros centros de acolhimento em todas as 18 províncias com a disponibilização de serviços dirigidos a vítimas menores de 18 anos, como ajuda alimentar, abrigo, educação básica e reunificação familiar. Além disso, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher geriu uma rede

nacional de centros de acolhimento para mulheres, centros de aconselhamento e centros infantis, para vítimas de crimes de tráfico. O Estado disponibilizou ainda tratamento para crianças órfãs e serviços de localização familiar, representação legal, serviços sociais e aconselhamento a todas as vítimas. Igualmente, o Estado continuou a providenciar um assistente social para o acompanhamento a duas crianças vítimas de tráfico infantil, identificadas no período anterior.

Os órgãos de segurança continuaram a informar sobre a identificação proactiva de vítimas com recurso aos manuais de combate ao tráfico, incluindo as melhores práticas para o interrogatório a potenciais vítimas, a identificação de grupos vulneráveis, a avaliação de riscos e o encaminhamento de vítimas aos serviços de protecção. Durante o período do relatório, o Estado instruiu 22 agentes sobre o sistema nacional de encaminhamento de vítimas visando levar as vítimas aos centros de acolhimento e serviços de protecção. Ainda assim, 12 das 18 províncias do país continuaram sem possuir as directivas formais para o encaminhamento de vítimas. As vítimas de tráfico de nacionalidade estrangeira puderam regressar aos países de origem, independentemente da continuidade do processo judicial. Embora as vítimas de tráfico possam permanecer no país, a legislação Angolana prevê a prestação de apoio migratório, incluindo documentos de residência provisória, o direito à solicitação de asilo, representação legal por parte do Estado, imunidade relativamente a crimes de tráfico, assistência médica e psiquiátrica, ajuda financeira, auxílio na localização da família e acesso à educação. Os benefícios de natureza migratória estão, no entanto, condicionados ao início da investigação criminal e ao testemunho da vítima. O Estado não informou se algumas das vítimas de nacionalidade estrangeira identificadas durante o período do relatório, receberam tais benefícios. O Estado apelou à cooperação das vítimas na investigação e acção judicial dos casos de tráfico. A legislação Angolana permite que as vítimas testemunhem por meio de videoconferência em directo, o que permitiu às vítimas que retornaram aos países de origem participar nos julgamentos contra os autores dos crimes de tráfico a partir dos seus países. Durante o período do relatório, o Estado não informou se alguma das vítimas fez recurso a este meio. Apesar da legislação em vigor permitir aos juizes decretar formas de indemnização a vítimas de tráfico, não houve tal ocorrência durante o período do relatório. Embora o tráfico internacional entre Angola e a RDC seja o mais comum, as forças da ordem detiveram e deportaram indivíduos que cruzavam a fronteira de forma ilegal, sem verificar indícios de tráfico. Como resultado, as

autoridades podem ter detido e deportado vítimas de tráfico por crime de migração ilegal de que foram obrigadas a cometer por ordem dos autores de tais crimes.

PREVENÇÃO

O Estado continuou os esforços de prevenção de acções de tráfico humano. A comissão interministerial de combate ao tráfico humano, dirigida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e pelo Ministério da Assistência Social, Família e Promoção da Mulher, reuniu cinco vezes durante o período do relatório. Pelo segundo ano consecutivo, o Estado alocou verbas destinadas à execução do Plano Nacional de Acção 2020-2025, tendo a comissão implementado o mesmo, em colaboração com instituições e ONGs internacionais. O Estado não informou ter ou não inserido dados na ferramenta regional de recolha de dados, durante o período do relatório. O Estado não possuiu meios para supervisionar e regular o processo de contratação laboral, para além das inspecções laborais periódicas, bem como não informou sobre o número de inspecções laborais realizou, comparativamente às 5.461 realizadas no período do relatório anterior. As lacunas em termos de pessoal e de ordem financeira continuaram a emperrar os esforços de identificação do trabalho forçado e mão-de-obra infantil. Os inspectores do trabalho não possuíram meios financeiros suficientes para cobrir as deslocações e quando realizassem as inspecções, o alvo era o sector formal, que corresponde a cerca de ¼ da força de trabalho em Angola. Além disso, apesar da presença de crianças de tenra idade em actividades de trabalho forçado e mão-de-obra infantil e, os inspectores do trabalho concentraram-se em crianças com idade entre 14 e 17 anos, os quais encontram-se em idade legal para trabalhar.

O Estado teve acções contraditórias na documentação de indivíduos no país. As acções de registo massivo continuaram e, em 2020, mais de um milhão de cidadãos tiveram o documento de identidade emitido pela primeira vez. O programa não abrangeu as pessoas apátridas. De forma separada, o Estado, com o auxílio de uma organização internacional, iniciou um programa visando à integração local de mais de 3,600 refugiados oriundos do Ruanda, Libéria e Serra Leoa, dotando-os de cartão de residência provisória. ONGs relataram que alguns agentes da polícia nacional confiscaram e destruíram documentos de refugiados durante a realização de rusgas. O MJHR teve em funcionamento uma linha de atendimento destinada a potenciais vítimas de crimes e para denúncias públicas, mas não informou sobre o número de chamadas recebidas ou se alguma vítima foi identificada por meio da linha de atendimento. Em Julho de 2020, o INAC e o Centro Integrado de

Segurança Pública disponibilizaram uma outra linha de atendimento destinada a crimes contra a criança. Apesar de, no período de Julho a Dezembro de 2020 terem sido feitas 140 queixas de tráfico infantil por meio dessa linha, os operadores da mesma não detinham a capacidade de dar seguimento ou investigar tais queixas e assim, o Estado deixou passar em claro a possibilidade de investigar tais possíveis casos. O Estado não realizou esforços no sentido de reduzir a procura por actos de sexo comercial. Igualmente, o Estado não providenciou formação sobre o combate ao tráfico dirigido ao pessoal diplomático Angolano.

PERFIL DO TRÁFICO

Conforme reportado nos últimos cinco anos, os autores de crimes de tráfico humano exploram as vítimas nacionais e estrangeiras em Angola bem como vítimas de nacionalidade Angolana no exterior do país. Os autores do tráfico exploram cidadãos Angolanos, incluindo crianças com idade a partir dos 12 anos, para a realização de trabalho forçado no fabrico de adobe, trabalho doméstico, construção civil, agricultura, pescas, e no garimpo de diamantes. As raparigas Angolanas com idade a partir dos 13 anos, são vítimas de tráfico sexual, e as raparigas que realizam trabalho doméstico em residências privadas ficam vulneráveis ao tráfico laboral. Angolanos adultos utilizam crianças com idade inferior a 12 anos em acções criminosas forçadas pelo facto de as crianças serem criminalmente inimputáveis. Como resultado da pandemia, os autores aumentam a actividade de transporte de crianças para Luanda para trabalharem na rua como mendigos, engraxadores e lavadores e *parqueadores* de viaturas aonde os mesmos ficam vulneráveis ao trabalho forçado por parte dos autores e de outro tipo de traficantes. As províncias de Luanda, Benguela e as províncias fronteiriças do Cunene, Lunda Norte, Namibe, Uíge e Zaire são as que se encontram mais ameaçadas pelas acções de tráfico. Em resposta à seca generalizada na província do Cunene, em algumas aldeias, as crianças são obrigadas a abandonar a escola e enveredar por actividades como recolha e transporte de água, escavação de poços de água e pastorícia.

Os autores de tráfico transfronteiriço têm a vantagem de beneficiar dos vários pontos de travessia fronteiriça sem segurança, de carácter informal e com grande movimento. Os mesmos costumam levar rapazes Angolanos para a Namíbia, para trabalhos forçados de pastorícia ao passo que outros são usados como “mulas” no transporte de bens ilícitos, como parte de um estratagema de fuga ao fisco no comércio transfronteiriço entre Angola e a Namíbia. Outros criminosos levam

adultos e crianças Angolanas para a Namíbia, para trabalhar na agricultura, construção civil, extracção mineira e venda ilegal de rua, aonde têm sido alvo de exploração laboral. Os autores de tráfico exploram mulheres e crianças angolanas, usando-as em trabalho forçado e infantil e em trabalhos domésticos e no tráfico sexual na África do Sul, Namíbia, e em países Europeus, tal como Holanda e Portugal.

As redes de tráfico recrutam e transportam raparigas Congolezas com idade a partir dos 12 anos a partir do Kasai Ocidental na RDC para Angola, para trabalhos forçados e de natureza sexual. Migrantes Congolezes sem documentação, incluindo crianças, entram no país para trabalhar nas províncias diamantíferas, aonde os autores de tráfico exploram alguns em actividades de trabalho forçado ou de natureza sexual nos campos mineiros. Os autores do tráfico também exploram adultos e crianças de nacionalidade Congoleza em trabalhos forçados no sector da construção civil. Mulheres provenientes do Brasil, Cuba, RDC, Namíbia e Vietname a realizarem actividade comercial de sexo em Angola podem ser vítimas de tráfico sexual, incluindo as que trabalham em salões de massagem. Devido ao encerramento de estabelecimentos comerciais devido durante a pandemia, as actividades de sexo comercial ocorreram mais em locais clandestinos tais como residências e quartos de hotel. As empresas Chinesas detentoras de grandes contractos de construção civil ou mineiros trazem trabalhadores Chineses para Angola, algumas das quais não divulgam os termos e condições laborais de tais trabalhadores na altura da contratação. Existem relatos de empresas de construção civil dirigidas e de propriedade de cidadãos Chineses exploram cidadãos de nacionalidade Brasileira, Chinesa, Queniana, Namibiana, do Sul da Ásia e provavelmente migrantes Congolezes, em actividades de trabalho forçado, incluindo a retenção de passaportes, ameaças de violência, recusa de alimentos e retenção em espaço físico limitado. Da mesma forma, tais empresas obrigam, por vezes, os trabalhadores a trabalharem sem a observação de condições de segurança, resultando por vezes, segundo notícias, em morte. Os governos da Coreia do Norte e de Cuba podem ter forçado cidadãos dos respectivos países a trabalhar em Angola, incluindo pelo menos 256 médicos Cubanos enviados para Angola para ajudar a combater a pandemia.